

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA
D.J. 20.05.2005
EMENTÁRIO Nº 2 1 9 2 - 3

14/12/2004

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 84.935-1 GOIÁS

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
PACIENTE(S) : ANTÔNIO CARLOS DA SILVA FRANCISCO
IMPETRANTE(S) : WANDERLEY DE MEDEIROS
COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: HABEAS CORPUS. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. ABORTO. EXTENSÃO A CO-DENUNCIADO. VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DO CONTRADITÓRIO. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

A suspensão condicional do processo não é direito subjetivo do acusado; sua concessão é de competência exclusiva do Ministério Público, sempre de maneira fundamentada (Súmula 696).

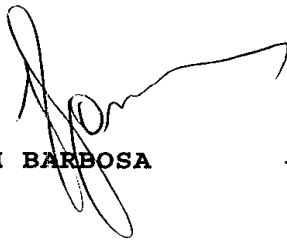
A inextensão do benefício ao co-denunciado pelo crime de aborto não viola os princípios do devido processo legal e do contraditório, visto que se encontra devidamente motivada.

Ordem denegada.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em indeferir o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do relator.

Brasília, 14 de dezembro de 2004.



JOAQUIM BARBOSA

-

Relator



14/12/2004

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 84.935-1 GOIÁS

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
PACIENTE(S) : ANTÔNIO CARLOS DA SILVA FRANCISCO
IMPETRANTE(S) : WANDERLEY DE MEDEIROS
COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

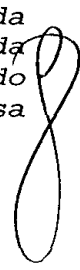
R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator): Trata-se de habeas corpus impetrado em favor de ANTÔNIO CARLOS DA SILVA FRANCISCO, tendo por autoridade coatora o Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem formulada no HC 30.483, cuja ementa é a seguinte:

"HABEAS CORPUS. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. ARTIGO 89 DA LEI N° 9.099/95. REQUISITOS DE ORDEM SUBJETIVA NÃO PREENCHIDOS. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. INOCORRÊNCIA.

1- A teor do disposto no art. 89, § 1º, c/c o § 7º, da Lei n° 9.099/95, somente é obrigatória a intimação do denunciado quando o Ministério Público oferecer a proposta de suspensão condicional do processo, pois apenas a ele compete aceitar ou não o benefício, mostrando-se desnecessária a sua manifestação se o parquet, fundamentadamente, se recusa a oferecê-lo.

2- A legitimidade para aferir da conveniência e oportunidade de apresentação da proposta de suspensão do processo é unicamente do órgão de acusação, inexistindo contraditório nessa fase, não sendo de falar em cerceamento de defesa.



3- A concessão do sursis processual pressupõe o preenchimento dos requisitos do art. 89 da Lei nº 9.099/95, não se revelando possível oferecê-lo a acusado que responde a outras ações penais.

4- Precedentes desta Corte.

5- Habeas corpus denegado." (Fls. 157)


Consta dos autos que o paciente foi denunciado como incurso no art. 126, caput, do Código Penal, tendo o órgão do Ministério Público, após a apresentação das alegações finais, e com base no art. 89 da Lei 9.099/1995, proposto a suspensão condicional do processo em favor tão-somente dos co-denunciados, em razão de o paciente não fazer jus a tal benefício, motivo por que foi pronunciado.

Sustenta o impetrante que a ação penal, em trâmite no Juízo de primeiro grau, merece ser anulada a partir da pronúncia, em decorrência da supressão do direito do paciente de verificar a possibilidade da suspensão condicional do processo, o que teria violado os princípios do contraditório e do devido processo legal.

Alega que o Ministério Público, além de ter proposto a aplicação do benefício aos demais co-réus, sequer justificou seu não-oferecimento ao paciente.

A Procuradoria-Geral da República manifestou-se pela denegação da ordem (fls. 170-172).

É o relatório.



14/12/2004

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 84.935-1 GOIÁSV O T O

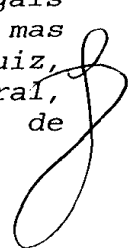
O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator): A presente impetração diz respeito à aplicação do instituto da suspensão condicional do processo, matéria já amplamente debatida por esta Corte.

Na hipótese em exame, o paciente, médico na cidade de Goiânia-GO, juntamente com outros agentes, foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de aborto, previsto no art. 126 do Código Penal (praticar aborto com o consentimento da gestante).

O impetrante alega que o paciente tem direito a demonstrar que faz jus à suspensão condicional do processo, devendo ser ouvido pelo juiz de primeiro grau antes que este decida acerca da aplicação do *sursis* processual.

Como se sabe, recentemente o Plenário deste Tribunal aprovou a Súmula 696, cujo texto é o seguinte:

"Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o Promotor de Justiça a propô-la, o Juiz, dissentindo, remeterá a questão ao Procurador-Geral, aplicando-se por analogia o art. 28 do Código de Processo Penal."



Parto da mesma premissa que fundamenta a Súmula 696, isto é, de que inexistente direito subjetivo à concessão da suspensão condicional do processo, bem como de que a formulação, ou não, da proposta de *sursis* processual cabe privativamente ao membro do Parquet, de modo que descabida a manifestação do réu nesta fase do processo.

Assim, compete exclusivamente ao Ministério Público fazer a proposta de suspensão ou de não-suspensão do processo, sempre de forma motivada.

Inclusive, na sessão da Primeira Turma de 18.11.2003, tivemos a oportunidade de debater o tema, no julgamento do HC 83.458, do qual fui relator. Naquela ocasião, a ordem foi denegada, tendo por um de seus fundamentos o seguinte:

"Ora, o artigo 89 da Lei 9.099/95 consagra verdadeira transação processual acerca da obrigatoriedade da ação penal, na medida em que o parquet oferece a suspensão do processo mediante o cumprimento de certas condições pelo réu.

Em outras palavras, temos um poder-dever do titular da ação penal e não direito subjetivo do acusado (precedentes: HC 75.343, rel. para o acórdão Min. Sepúlveda Pertence, e HC 77.723, rel. Min. Néri da Silveira)."

No caso dos autos, o Parquet estadual posicionou-se contrariamente à aplicação do instituto, como se observa de sua manifestação:

"[...]

O benefício do artigo 89 da Lei 9099/95 favorece apenas ao primeiro acusado, não se estendendo ao acusado Antônio Carlos da Silva Francisco, uma vez

que, este, pela certidão de antecedentes criminais (fls. 417/4179), está sendo processado por outros crimes, inclusive o de aborto, estando, assim, ausentes as condições indispensáveis para sua permissão." (Fls. 55 - Grifo original)

Ora, se o Ministério Público entendeu ser incabível a suspensão do processo e o juiz de primeiro grau acompanhou esse posicionamento, não há como determinar ao titular da ação penal que se manifeste novamente acerca da questão, sem implicar tal entendimento violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Apenas para fins de maior esclarecimento, cito como precedente o HC 82.004 (red. para o acórdão min. Ilmar Galvão, DJ 13.09.2002), cuja ementa tem o seguinte teor:

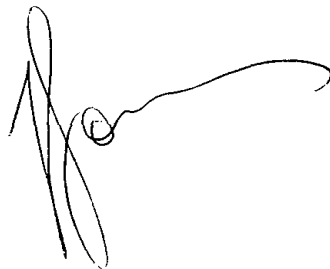
"HABEAS CORPUS. PACIENTE DENUNCIADO COMO INCURSO NAS PENAS DO ART. 129, § 1º, INCISO I, C/C O ART. 61, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL (MOTIVO FÚTIL). RECUSA DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM PROPOR A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO, ACOLHIDA PELO JUIZ, O QUE ESTARIA A CONFIGURAR CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

Alegação inteiramente descabida, no presente caso, por tratar-se de recusa fundamentada na circunstância de haver o paciente revelado ser pessoa violenta, ao ferir gravemente sua vítima, por motivo absolutamente fútil, o que se acha em perfeita consonância com os fatos descritos nos autos.

Habeas corpus indeferido." (Grifei)

No mesmo sentido, o RHC 82.288 (rel. min. Gilmar Mendes, Pleno, RTJ 184/254).

Do exposto, denego a ordem.



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 84.935-1

PROCED.: GOIÁS

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

PACTE.(S): ANTÔNIO CARLOS DA SILVA FRANCISCO

IMPTE.(S): WANDERLEY DE MEDEIROS

COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por votação unânime, **indeferiu** o pedido de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator. **Falou**, pelo paciente, o Dr. Wanderley de Medeiros e, pelo Ministério Público, o Dr. Haroldo Ferraz da Nóbrega. 2ª Turma, 14.12.2004.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Carlos Velloso, Ellen Gracie, Gilmar Mendes e Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Haroldo Ferraz da Nóbrega.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador